



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## SECRETARIA

Processo N° 102 Exercício de: 2019

### ASSUNTO:

**CM nº 102/19 - Veto Parcial** oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2019, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal das Empresas e dá outras providências;

Nome:

Executivo Municipal

### AUTUAÇÃO

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu, \_\_\_\_\_, Secretário, a subscrevi





# Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856  
Jaguariúna- SP



Ofício DER-nº 0093/2019.

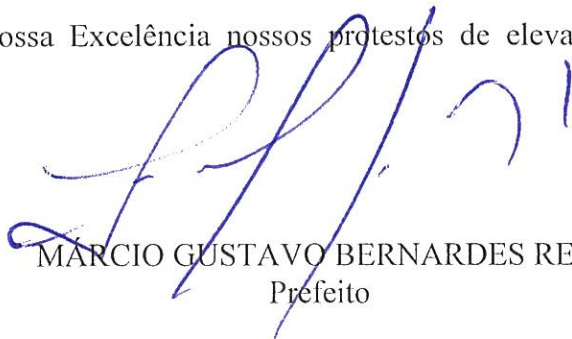
Jaguariúna, aos 16 de julho de 2019.

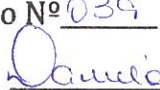
Senhor Presidente:

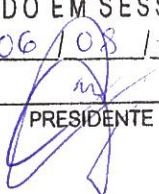
Por meio deste, encaminhamos, anexo, com fulcro no art. 47, da Lei Orgânica do Município, dentro do prazo legal, VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2019, que *institui, no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal das Empresas e dá outras providências.*

Por se tratar de Veto Parcial, deixamos de fazer a devolução do respectivo Autógrafo a essa Casa de Leis.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço.

  
MARCIO GUSTAVO BERNARDES REIS  
Prefeito

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>PROTOCOLO</b> |   |
| Nº de Ordem      | 955   |
| Fls. Nº          | 012 Livro Nº 039  |
| 17/07/19         | <br>Secretária |

LIDO EM SESSÃO  
DE 06/08/2019  
  
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO

DD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA



## VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2019

Examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 012/2019**, o qual “*Institui, no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal das Empresas e dá outras providências*”, vislumbra-se que ele encontra-se **eivado do vício de ilegalidade e/ou inconstitucionalidade**.

Sendo assim, no uso das atribuições que nos conferem o artigo 63, IV, da Lei Orgânica do Município, resolvemos opor veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2019, pelas razões a seguir expostas.

É sabido que a Propositura em apreço é de relevante interesse público, pois visa permitir a regularização de dívidas tributárias e não tributárias junto ao Município para aqueles contribuintes em situação irregular com os Tributos Municipais, mais do que isso, visa solucionar diversos procedimentos administrativos e litígios judiciais.

Todavia, não é juridicamente viável, ou melhor, beira a ilegalidade e/ou inconstitucionalidade a sanção à alteração do § 4º do art. 6º, que reduziu significativamente o percentual a título de honorários advocatícios devidos aos procuradores municipais, in verbis:

“§ 4º(...)

*I – 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação ou proveito econômico de até 200 (duzentos) salários-mínimos;*

*II – 6% (seis por cento) sobre o valor da condenação ou proveito econômico de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos;*

*III – 4% (quatro por cento) sobre o valor da condenação ou proveito econômico de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos;*



# Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856  
Jaguariúna- SP



*IV – 2% (dois por cento) sobre o valor da condenação ou proveito econômico de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos;*

*V – 1% (um por cento) sobre o valor da condenação ou proveito econômico acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos.*

É que o percentual a título de honorários advocatícios é matéria de ordem pública regulamentada pelo artigo 85, § 3º, da Lei Federal 13.105/2015 (Código de Processo Civil), que assim dispõe:

*“§ 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais:*

*I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos;*

*II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos;*

*III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos;*

*IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos;*

*V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos.”*

Em assim sendo, temos que os percentuais a título de honorários advocatícios não podem ser alterados por Lei Municipal, justamente porque a matéria é **norma de ordem processual**, e só pode ser alterada por Lei de iniciativa privativa da União, conforme prevê o artigo 22, I, da Constituição Federal:

*“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*





# Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856  
Jaguariúna- SP



*I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;"*

Portanto, nota-se que o Projeto de Lei Complementar enviado a essa Casa, ao utilizar dos mesmos parâmetros da Lei Federal, o fez, sobretudo, para que não houvesse afronta à norma prevista na Lei Federal 13.105/2015.

Sendo assim, essas são as razões do veto parcial ao dispositivo retrocitado, medida que aguardamos seja mantida por essa Egrégia Câmara Municipal.

Ante todo o expendido, opomos VETO PARCIAL aos incisos I, II, III e IV, do § 4º, do art. 6º, do Projeto de Lei Complementar nº 012/2019, nos termos expostos, em virtude do flagrante vício de ilegalidade e/ou inconstitucionalidade.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 16 de julho de 2019.



MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS  
Prefeito